

Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	OSP (Nacional)
Fonte	
Data	25/6/2003 Pg. AS
Class.	286

Parque ecológico pode ser invadido em MT

Cristalino é reserva única de biodiversidade e já é ameaçado pela ação de grileiros e madeireiros

LIANA JOHN

CAMPINAS – O Parque Estadual do Cristalino – área de conservação de 184.900 hectares, recordista em biodiversidade da região amazônica – está prestes a ser invadido por um grupo de sem-terra. O número de pessoas acampadas no limite do parque ainda não foi confirmado pelas autoridades, mas estaria entre cem e mil pessoas. O Cristalino fica no norte de Mato Grosso, na divisa com o Estado do Pará.

Criado em 1998 e ampliado em 2000, o parque protege cinco ecossistemas intactos e abriga pelo menos 515 espécies de aves, das quais 50 exclusivas da

área, 43 espécies de répteis, 29 de anfíbios, 36 de mamíferos e 16 de peixes.

“Há pessoas – grileiros e autoridades municipais – interessadas na revisão dos limites do parque, usando os sem-terra para criar uma situação de conflito”, diz Gilney Viana, secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e autor da lei de criação do parque, enquanto deputado. “É inaceitável. O Cristalino é uma unidade de conservação importante e não vamos concordar, de jeito nenhum, com sua ocupação ou com a exploração ilegal de seus recursos.”

No segundo semestre de 2002, o governo estadual tentou alterar os limites do parque para acomodar fazendeiros, que abriram áreas de cultivo dentro da unidade de conservação, alegando que a ocupação era antiga. Pelo menos 3 mil hectares

de mata foram então derrubados. A mudança na delimitação gerou dúvidas quanto à propriedade das terras – se seriam da União, do Estado ou dos fazendeiros –, dando origem a uma ação na Justiça Federal.

Tanto o parque como a área contígua, conhecida como Gleba Divisa, onde estão os sem-terra, estão sub judice, embora uma primeira liminar tenha considerado as terras da União. Em novembro, uma sentença determinou o seqüestro da área, indicando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como fiel depositário e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) como órgão fiscalizador.

“Devido à mudança de governo, o Ibama só começou a agir há pouco mais de um mês”, explica o diretor de fiscalização Flávio Montiel.